



ACESSO E PERMANÊNCIA DO EDUCANDO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

**Luciano Rhinow Michels ,Germano José de Souza.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.
BRASIL.**

RESUMO:

O artigo tem por finalidade ponderar sobre questões relevantes dos Portadores de Necessidades Especiais nas Instituições de Ensino Superior – IES, visto a dificuldade de encontrar dados que calcificam a atual situação. Dados dos órgãos vinculados à secretaria da educação do governo da República Federativa do Brasil, nos níveis educacionais iniciais até o ensino superior, transparecem a necessidade imperativa de adequação das IES para integração ou inclusão social e porque não, sócio-econômico.

É um fato evidente e sem necessidade de exaustivas justificações que as universidades dependem de suas capacidades para responder com eficácia as exigências e necessidades da sociedade. Desenvolvem seus crescimentos e ajustam as pautas do seu progresso em estreita consonância com os requerimentos e mudanças do meio onde se encontram. A dívida flutuante ou seja o processo de interação adaptativa pretende responder junto com outras aproximações às necessidades dos mercados para ajustar os resultados na forma de idéias. A política da inclusão tem causado impacto no âmbito educacional, nas instituições de educação especial, entre profissionais da educação, gestores e alunos. Podemos afirmar que as ações para a inclusão do PNE no ensino superior brasileiro são localizadas, e por sua vez não atendem a demanda deste grupo minoritário. Neste sentido, uma pesquisa realizada por Michels (2000) que investigou as condições de inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto universitário, revelou que os alunos consideraram prioritária a necessidade de adaptação do ambiente físico e a implantação de um centro de apoio para a inclusão do PNE na universidade. Outra dimensão avaliada foi o aspecto psico-social; neste particular os alunos assinalaram o forte preconceito que sofrem na universidade, evidenciado através do desconhecimento que os professores manifestam diante das necessidades dos PNE, pelas atitudes que refletem a discriminação social e pelo descaso da própria universidade no atendimento nas necessidades dos alunos PNE. Outro aspecto que consideramos importante destacar é o número reduzido de estudos nesta área. Neste sentido Alcantud (1995) apontou que não existem dados, ou não são veiculados, o número de portadores de necessidades especiais que freqüentam as universidades. Este estudo demonstra pouco investimento inclusive por parte dos pesquisadores e todavia reflete a exclusão vivenciada por este grupo minoritário. Consideramos salutar, que o grupo de alunos portadores de necessidades especiais que acessaram a universidade, se organizem para formarem um grupo consistente, no intuito de apontarem e reivindicarem seus



direitos de acesso ao ensino de qualidade. Entendemos que o ensino de qualidade também é aquele que garante o acesso, em iguais condições, aos portadores de necessidades especiais.

Referências

- ALCANTUD, F. Estudiantes con discapacidades integrados em los estudios universitarios: notas para su orientación. In: RIVAS, F. (Ed.). **Manual de Asesoramiento y orientación vocacional**. Barcelona: Editorial Síntesis, 1995.
- BARRAGA, N. C. **Programa para desenvolver a eficiência no funcionamento visual**. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, 1985.
- CAMARGO, M.S. Telemarketing integrado: planejamento, gerência e operação. **Revista Marketing**, 1988.
- CARVALHO, K.M.M. , GASPARETO, M.E.R.F. e VENTURINI, N.H.B. **Visão subnormal**: orientação ao professor do ensino regular. Campinas: UNICAMP, 1992.
- CORDE. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**: um guia para as organizações de trabalhadores. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant. Brasília, 16 mar. 1994.
- FONSECA, R. T. M. da. O trabalho protegido do portador de deficiência. In.: _____. **Direitos da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: Max Limonad, 1997.
- OMS. **International classification of impairments, disabilities, and handicaps (ICIDH)**. Genebra, 1980.
- INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPAS. **Normas de reabilitação profissional**. Brasília: Secretaria de Bem-Estar, 1987.
- MEC/INEP/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994. [Livro 1].
- _____. **Censo Escolar - Brasil, 1996, 1997, 1998**. Brasília, 1998.
- _____. **Relatório de Gestão**: período 1994 a 1998. Brasília, 1998. [Documento interno].
- _____. **Unidade na diversidade**: relatório da III Reunião Regional de Dirigentes da Educação Especial e Conselhos Nacionais de Portadores de Deficiência. Foz de Iguaçu, 1999.
- _____. **Adaptações Curriculares**: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 1999.
- MICHELS, L.R.F. **A inclusão/exclusão da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto universitário**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- REVISTA BENJAMIN CONSTANT. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, n. 1, 1995.



REVISTA PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. Rio de Janeiro: Globo, n. 89, 1996.

ROCHA, H.; GONÇALVES, E.R. et al. **Ensaio sobre a problemática da cegueira.** Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.